

Da Senzala ao Enfrentamento: Dinâmicas Históricas e Contradições que Antecederam as Atividades Impressas em Goiás¹

Rosana Maria Ribeiro BORGES²

Marialva Carlos BARBOSA³

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

O texto debate as dinâmicas históricas e as contradições que antecederam o início das atividades do jornalismo impresso em Goiás, com foco nas atividades mercantis e escravagistas do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, dono do *Engenho de São Joaquim* e da *Tipographya D'Oliveira*, empreendimento que imprimiu *A Matutina Meiapontense*, primeiro periódico de Goiás e do Centro Oeste. O principal objetivo é romper com silenciamentos acerca da contraditória trajetória deste goiano cujo legado cultural contrasta com práticas dissonantes com os ideais iluministas que ele próprio defendia. De abordagem qualitativa, o estudo ancorou-se no levantamento bibliográfico e na pesquisa documental como principais instrumentos metodológicos, enquanto as considerações finais questionam inúmeras imagens atribuídas ao Comendador.

PALAVRAS-CHAVE: História da Imprensa Goiana; Joaquim Alves de Oliveira; Escravização em Goiás no Século XIX; Engenho de São Joaquim; A Matutina Meiapontense.

Considerações Iniciais

Apontado como o “pai” da imprensa goiana e do Centro-Oeste, o Comendador Joaquim Alves de Oliveira foi um homem contraditório, assim como é paradoxal o que se diz a seu respeito em biografias e publicações sobre a História da Imprensa Goiana, de Pirenópolis e do Centro-Oeste. O antigo hábito de copiar ou repetir informações dos primeiros estudos sobre os processos históricos instituidores dos veículos jornalísticos em Goiás influenciou também os discursos acerca da trajetória de vida de Joaquim Alves de Oliveira, visto que esses nem sempre compõem narrativas que estão em acordo com a sua própria dinâmica existencial e com as contradições do seu tempo vivido. E é

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2019.

² Pós-doutoranda no PPGCOM-UFRJ e Professora do Programa de Pós Graduação em Comunicação da FIC-UFG, e-mail rosanaborges.ufg@gmail.com.

³ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da ECO-UFRJ, e-mail: marialva153@gmail.com.

justamente por isso, e pelo compromisso com o avanço do conhecimento científico, que o presente texto, que integra uma pesquisa mais abrangente⁴, se justifica.

Certeau (1982) e Barbosa (2004) sustentam que o fazer histórico tem uma singularidade: é capaz de exorcizar a morte e trazer vida ao presente porque reconstrói diálogos com fontes históricas, ditos, não ditos, silenciamentos e pessoas públicas ou anônimas. Portanto, não é intenção repetir o que há mais de dois séculos tem sido narrado acerca da biografia do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, nem tampouco desmerecer a sua importância social, econômica e cultural ou mesmo empreender análises com chaves de leitura atuais sem considerar o tempo histórico, que é uma das categorias centrais da própria historiografia.

Com alicerce em fontes documentais que, em sua maioria, são datadas no século XIX, bem como em obras de referência sobre a História de Goiás, espera-se contribuir com o alargamento de olhares sobre o homem que esteve a frente do início das atividades impressas e jornalísticas em Goiás e no Centro-Oeste: o Comendador Joaquim Alves de Oliveira. Todavia, os holofotes estão mirados nas contradições dos processos históricos edificados, o que inclui inúmeros silenciamentos das atividades mercantis tocadas por Joaquim Alves de Oliveira, cujo desfecho impactou tanto na centralidade econômica e simbólica de Meia Ponte no início do século XIX, quanto nas atividades impressas e jornalísticas que ali foram empreendidas de 1830 a 1834.

Vanguardista, Constitucionalista e Iluminista, porém, senhor e comerciante de centenas de escravos

Joaquim Alves de Oliveira nasceu em 18 de agosto de 1770 na Vila de Pilar (atual Jaraguá), na então Capinania de Goyaz. Aos nove anos de idade, com a morte dos pais por ele declarados em seu testamento, Domingos Alves de Campos e Páscoa Pinto de Oliveira, seu irmão primogênito Manoel Alves de Oliveira passou a ter responsabilidades sobre a sua guarda. Segundo Franco (1878) e Jayme (1943), como o irmão não dispunha de recursos para arcar com as despesas referentes à sua educação, o entregou ao padre jesuíta Antônio de Azevedo Batista. Em 1792, acompanhado do seu irmão, Joaquim Alves de Oliveira foi para o Rio de Janeiro a fim de seguir carreira

⁴ Trata-se do Projeto de Estágio Pós-Doutoral intitulado “História Cultural da Imprensa em Goiás: dos idos tempos coloniais à modernidade mercadológica”, que está sendo desenvolvido por Rosana Maria Ribeiro Borges no PPGCOM-UFRJ, sob orientação da Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa.

eclesiástica, mas, por falta de vagas, não conseguiu ser admitido como fâmulos do Bispo Dom José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco. Na metrópole provincial, aos 22 anos de idade, o futuro Comendador começou a prestar serviços de caixeiro e logo se tornou um comerciante. De acordo com Jayme (1943), isso ocorreu depois que ele transformou três patacas que lhe foram emprestadas por um colega do ramo em 800\$00 (oitocentos réis). Logo depois, quando surgiu a vaga no Palácio Episcopal do Rio de Janeiro, desistiu da vida eclesiástica e dedicou-se às atividades mercantis.

Em 1795, aos 25 anos de idade, com o capital que possuía, Joaquim Alves de Oliveira adquiriu inúmeras mercadorias e retornou para Goiás em caravanas muladeiras que deveriam ser odisséicas, dadas as condições dos caminhos – embriões de estradas – daquela época. Entre os anos de 1796 e 1802, o futuro Comendador tocou três caravanas ao Rio de Janeiro, a fim de estreitar relações com “opulentas firmas comerciais da metrópole brasileira” (JAYME, 1943, p. 33), pagando as compras sempre em dinheiro e à vista.

Mas foi aos 30 anos de idade, no ano de 1800, que Joaquim Alves de Oliveira iniciou a atividade comercial que, ao menos no que concerne ao que se tem registrado, mais lhe rendeu lucratividade e prestígio, a agricultura: “entre este ano e o de 1805, construiu, em sua grande propriedade agrícola, a que deu o nome de ‘Engenho de S. Joaquim’ [...] a maior casa, no gênero, e o maior engenho de cana da Capitania” (JAYME, 1943, p. 33, grifos do autor). Em pouco tempo, o *Engenho de São Joaquim*⁵, que produzia principalmente algodão, aguardente e cana-de-açúcar, adquiriu importância econômica e social no mercado local, regional, nacional e internacional, estabelecendo uma lucrativa rede de comércio interprovincial com diversos centros urbanos brasileiros, tais como Salvador, Cuiabá, Rio de Janeiro e São Paulo, bem como com países estrangeiros. Franco (1878) explica que a predileção do Comendador pelas atividades agrícolas e agropastoris tinha um sentido econômico correlacionado ao monopólio do ouro pela Coroa Portuguesa desde a Carta Régia de 3 de janeiro de 1735, ou seja, na mineração não havia como se obter grandes lucros.

⁵Em obras de referência, publicações científicas e sites sobre a História de Pirenópolis e/ou da Imprensa goiana, comumente esta propriedade é chamada de “Engenho São Joaquim”. Todavia, em documentos do Arquivo Cartorial de Família de Pirenópolis, bem como em biografias do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, tal como Franco (1878) e Jayme (1943), o nome correto é “Engenho de São Joaquim”, que, posteriormente, foi denominado como *Fazenda Babilônia*. Desde 26 de abril de 1965, a *Fazenda Babilônia* está sob a proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com inscrição no livro de tomo nº 480, e atualmente é um significativo atrativo turístico de Pirenópolis.

Franco (1878, p. 62) narra ainda que o Comendador “tornou a sua casa um grande empório mercantil nesta província; alli se achavam, em variado sortimento, as mercadorias importadas do estrangeiro, e todos os productos da industria nacional”. Ainda segundo o autor, “com uma tropa de cem bestas arreadas entregues a escravos fiéis, transportava, anualmente, da Côrte para o sertão e vice-versa, todos os gêneros do seu commercio em constante atividade, a ponto de conseguir uma fortuna de 500 a 600 contos de réis”, quantia considerada extremamente elevada para os padrões econômicos da época. Teles (1989) é outro biógrafo que sustenta que o Comendador era dono de uma fortuna inestimável e, por diversas vezes, chegou a financiar dívidas do Governo Provincial, enquanto Costa (1978, p. 45) pontua que “[...] de 1823 a 1831, Joaquim Alves fez introduzir em Goiás utilidades, ferramentas, armas, equipamentos de engenho, especiarias, vinhos, sal, fazendas e, curiosamente, caixas de chapéus em número desproporcional em relação ao todo”.

Para além das relações comerciais, o *Engenho de São Joaquim* conquistou fama e notoriedade, tendo sido visitado por diversos expedicionários. Em 1818, por exemplo, o ensaísta, memorialista e pesquisador português Luís D’Alincourt e em 1819, o botânico, naturalista e viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, estiveram por lá.

Na obra “Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá”, D’Alincourt (2006, p. 70) diz que “não se acha em toda província uma só casa, que se possa dizer de bons e sólidos fundos, a não ser a do tenente-coronel, comandante de Meia-Ponte, Joaquim Alves de Oliveira”. O pesquisador luso-brasileiro ressalta também que, em 1818, a agricultura de Meia Ponte, a mais desenvolvida da Província, era a responsável pelo abastecimento alimentício da capital goiana, além de exportar produtos para São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia por meio de tropas de negociantes de Cuiabá e de Goiás. Dentre os alimentos produzidos, D’Alincourt (2006) destaca carne, peixe, milho, trigo, legumes, mandioca, tabaco, algodão e algum café, enquanto nos produtos manufaturados evidencia os tecidos de lã e, principalmente, de algodão. Em sua leitura, o sucesso das atividades comerciais meiapontenses ligadas ao algodão é atribuído a Joaquim Alves de Oliveira, homem “benevolente e cheio de recursos”, o “bom gênio” da agricultura e “[...] o autor do aumento deste lucroso ramo de comércio, pelos desvelos, e cuidados, que tem posto na cultura da planta, animando, e ajudando os cultivadores, e reputando bem todo o algodão daqueles que não têm meios de o exportar por sua conta” (D’ALINCOURT, 2006, p. 64).

Saint-Hilaire (1937, p. 181) descreveu a fazenda como “[...] o mais belo estabelecimento existente na zona de Goiás que percorri. Reinavam lá uma limpeza e ordem como não vi em parte alguma”. O viajante francês também teceu inúmeros elogios à tenacidade que Joaquim Alves de Oliveira teve ao pensar cientificamente a construção espacial e estrutural do *Engenho São Joaquim*, bem como à sua eficiência em gerenciar o cotidiano do trabalho na propriedade, cujas atividades comerciais abriram caminhos para outros meiapontenses, bem como indicou o que era “[...] necessário fazer para arrancar à sua desgraçada província à situação de miséria em que a lançara a extração de ouro mal dirigida” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 186). Além disso, registrou o Comendador como um “gênio invisível” cuja conversação “[...] demonstrava grande amor à justiça e a religião, sem mesquinhas; era um homem de grande sensatez, extrema simplicidade e de uma bondade infinita”.

As percepções de D’Alincourt (2006) e de Saint-Hilaire (1937) sobre Joaquim Alves de Oliveira são recorrentes em biografias, textos publicados em ambiente web e na literatura sobre a História da Imprensa em Goiás. Jayme (1943, p. 31-32), por exemplo, além de se referir à sua honradez, generosidade, modéstia, desprendimento, tolerância, benevolência e extraordinariedade, dentre outros adjetivos láureos, o apresenta como um homem que “[...] bem merece o culto e a veneração do povo da nossa terra [...] um dos que mais brilham na galeria dos homens célebres de Goyaz” por ter sido um grande, um “herói”, um “inimigo do ócio” e um “justo” e lembra que em Pirenópolis ainda “[...] existem monumentos e outros marcos, que assinalam a passagem e a generosidade do expoente máximo de sua história”, como a Igreja Matriz, que foi construída pelo Comendador. Já Lobo (2017) refere-se a ele como “patriota”, Teles (1989) como “idealista”, “patriota” e “herói”, enquanto a ampla maioria dos *sites* ligados à Pirenópolis reproduz as adjetivações – e até mesmo o texto – de Jarbas Jayme.

A repetição dos atributos pessoais de Joaquim Alves de Oliveira que é observada em registros de viajantes, biografias e diversos relatos leva crer que ele realmente foi um homem vanguardista, trabalhador, bom, generoso, íntegro e justo para os padrões de bondade, generosidade, integridade e justiça da sua época. Muito dedicado ao trabalho, aos princípios cristãos da família e à igreja Católica, o Comendador era igualmente comprometido com causas coletivas, acumulando iniciativas que vão desde o combate a doenças infectocontagiosas em Meia Ponte, à criação da primeira biblioteca da

Província de Goiás, o que persistiu após a sua morte, visto que, em seu testamento, destinou consideráveis somas às instituições de caridade às quais ele era benemérito.

Além de comerciante, Joaquim Alves de Oliveira também exerceu inúmeros cargos públicos eletivos e por nomeação. Em Pirenópolis, foi Delegado do Governo Provincial no ano de 1836 e, antes disso, foi Juiz Ordinário, de Paz, Municipal e de Órfãos, além de ter sido Capitão, Sargento Mor de Ordenanças, Tenente-Coronel, Coronel de Milícias e Comandante de Legião.

Ao exemplificar a modéstia e a honradez de Joaquim Alves de Oliveira, Jayme (1949) relembra três episódios no qual ele renunciou ao cargo de deputado de representação nacional, à nomeação como 1º vice-presidente da Província de Goiás e à Câmara Municipal da Vila de Meia Ponte, alegando, respectivamente, que não poderia cumprir com as exigências do mandato, que estava em idade avançada e que não deixaria de ser Juiz de Paz para ser vereador.

Por defender o constitucionalismo monárquico, o Comendador recebeu inúmeros títulos honoríficos nacionais, tais como o Hábito de Cristo (1818), o Hábito do Cruzeiro (1825), a honraria de Moço Fidalgo da Casa Imperial (1826), a comanda Ordem de Cristo (1829) e a comanda de Cavaleiro da Ordem da Rosa (1843). Vale lembrar que tais honrarias eram concedidas a civis e militares que se destacassem pela fidelidade ao Império ou por serviços a ele prestados mediante decreto do Imperador. Por sua simbologia e pelo *status* que adquiria quem as obtivesse, eram extremamente cobiçadas.

Figura 1: Joaquim Alves de Oliveira



Fonte: Galli (1998, s/p.).

Para Costa (1978, p. 57), na condição de um “homem do seu tempo e do seu meio”, Joaquim Alves de Oliveira “representava um tipo de explorador e conquistador em grande estilo” que, em métodos e concepções, mais o aproximavam de um capitalista moderno do que de um senhor de engenho. Além disso, por ter empreendido diversificadas atividades, incluindo as de cunho cultural e simbólico, tais como a aquisição de instrumentos musicais colocados a serviço da sociedade meiapontense e a impressão do de jornal, panfletos e livros, o Comendador também atuou como um Mecenas de província. E completa:

A lembrança popular reteve a imagem do Comendador Joaquim Alves de Oliveira como a do protótipo do homem esclarecido, empreendedor, cumpridor da palavra e hospitaleiro, imensamente rico, generoso, amante da justiça, cumpridor das leis e reverente para com as autoridades. Sua magnanimidade levou-o a subsidiar estudos de jovens clérigos e a amparar meninas órfãs, “salvando-as da prostituição”. Ao irmão mais velho, que contraíra o mal de Hansen, trouxe para sua companhia, dele cuidando na doença. Possuía uma farmácia para distribuir remédios aos necessitados. Fazia donativos regulares à Igreja e distribuía esmolas aos pobres (COSTA, 1978, p. 63).

De fato, Joaquim Alves de Oliveira tem muitos méritos e certamente marcou a história do seu tempo vivido, inclusive ao possibilitar o registro de realidades e a guarda de memórias no jornal *A Matutina Meiapontense* (1830-1834)⁶. Todavia, nas principais obras que se debruçam sobre a História da Imprensa em Goiás, os autores chegam a cometer silenciamentos e cultivam uma espécie de idolatria pelo Comendador, sempre ilustrado com os mais elevados adjetivos. Por exemplo, há um enorme hiato no que se refere ao uso de mão de obra escrava no *Engenho de São Joaquim*, bem como aos negócios ligados à importação – e até mesmo à reprodução – de pessoas humanas que eram vendidas como escravas em Goiás e no Mato Grosso. É que o Comendador exportava produtos agrícolas e manufaturados para Goiás e Mato Grosso, mas importava mercadorias e mão de obra escrava, o que o caracteriza como um negociador de produtos e de pessoas.

Ao analisar a paisagem social do *Engenho de São Joaquim*, Souza (2011, p. 85) pontua que Joaquim Alves de Oliveira “[...] possuía a maior fortuna de Goiás na primeira metade do século XIX, tendo sido ele senhor de muitos escravos e negócios”.

⁶ Primeiro periódico de Goiás e do Centro-Oeste que era impresso em Meia Ponte (GO), na *Tipographya D’Oliveira*, empreendimento de Joaquim Alves de Oliveira.

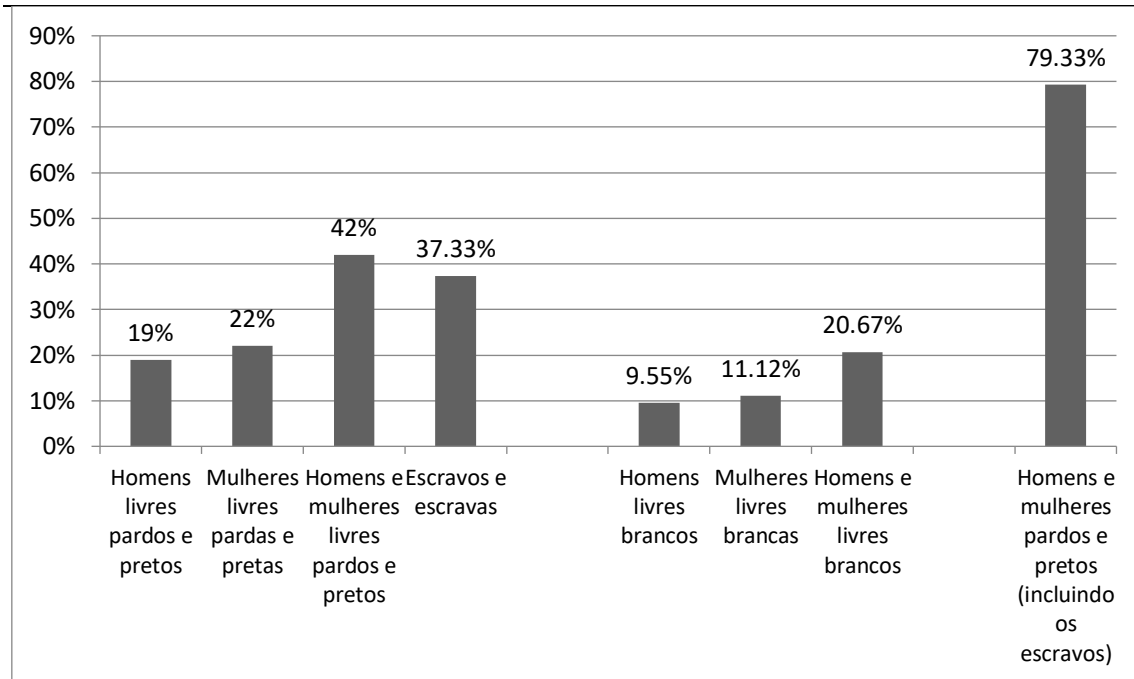
Portanto, ao menos nas quatro primeiras décadas do século XIX, se o Comendador foi o homem mais rico e o maior negociante de Goiás, também foi o que mais tinha escravos.

Costa (1978, p. 47) não descarta a possibilidade de Joaquim Alves de Oliveira ter no comércio de escravos uma das suas atividades mais lucrativas, já que, naquele tempo histórico, existia no Brasil a aceitação total do regime escravocrata. Além disso, “as enormes distâncias que separavam Goiás do litoral e das demais províncias tornaram ainda mais caros os escravos, de onde a opção pela produção local daqueles ‘semoventes’” (Grifos da autora). A pesquisadora registra ainda que no final da década de 1970, o proprietário da Fazenda Babilônia que, como dito, fora em outrora o *Engenho São Joaquim*, garantiu-lhe que “ali se criavam negros para revenda, ‘o que era um bom negócio’” (Grifos da autora).

Jayme (1971) é outro estudioso de Pirenópolis e biógrafo de Joaquim Alves de Oliveira que também sustenta que a localização geográfica de Meia Ponte, entroncada entre diversos caminhos, somada à forte atividade agrícola de exportação e à existência de vultosas fortunas cujo surgimento é pouco explicado, são fortes indícios de que ali também foi empreendido o comércio mais lucrativo do período colonial: o tráfico de escravos. Na obra “Esboço histórico de Pirenópolis”, Jayme (1971) diz que havia trabalho escravo nas 35 antigas fazendas que pesquisou, embora a origem e a procedência dos escravos não tenham sido registradas e nem esclarecidas.

Em suas memórias, D’Alincourt (2006) registrou importantes dados censitários sobre o então julgado de Meia Ponte que, em 1816, possuía uma população de 6.133, categorizada em homens brancos, pardos e pretos (*sic.*) casados e solteiros, mulheres brancas, pardas e pretas (*sic.*) casadas e solteiras e escravos e escravas, nesta ordem, o que é um nítido reflexo da hierarquia social daquele tempo histórico. Esses dados apontam que a comunidade meiapontense possuía 1.769 homens livres, 2.082 mulheres livres, 1.356 escravos e 926 escravas, ou seja, 62,79% da população era livre enquanto 37,21% era escrava. Entretanto, uma análise mais aprofundada mostra que Meia Ponte era uma cidade na qual 42% da população livre não era branca, número que cresce para 79,33% ao se inserir os escravos e as escravas:

Gráfico 1: População livre de Meia Ponte em 1816



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de D'Alincourt (2006, p. 65).

Franco (1878) e Jayme (1943) afirmam que em sua época áurea o *Engenho de São Joaquim* possuía quase 200 escravos. Dados do Inventário de Joaquim Alves de Oliveira que se encontram no Arquivo Cartorial de Família de Pirenópolis revelam que em 1854 o Engenho possuía 106 escravos⁷, sendo que é “[...] possível que esse número tenha sido superior entre as décadas de 1810 e 1830, quando o engenho estava no auge da sua atividade” (SOUZA, 2011, p. 84). Outro inventário, datado de 1864, registra ali 72 escravos, número que cai para 51 pessoas poucos anos depois, quando as transferências de bens entre os herdeiros do Comendador já tinham sido realizadas.

Após um relato minucioso das edificações que ali se encontravam, ao descrever o cotidiano do *Engenho de São Joaquim*, Saint-Hilaire (1937, p. 182) diz que “para se fazer compreender, o comandante de meia Ponte podia contentar-se em dar uma palavra ou fazer um gesto. No meio de cem escravos não se ouvia um só grito [...] por toda parte o silêncio, a ordem e uma espécie de tranqüilidade [...]”. O expedicionário francês narra ainda que a conduta de Joaquim Alves de Oliveira com os seus escravos incluía farta alimentação, vestimentas convenientes, cuidados com os enfermos e ocupação total do tempo, a fim de afastá-los da ociosidade. Anualmente o Comendador casava alguns

⁷ Souza (2011, p. 84) sustenta que “[...] as comunidades escravas que aí viveram em meados do século XIX eram compostas majoritariamente por escravos nascidos no Brasil e do sexo masculino. Os africanos tinham idade igual ou superior a 70 anos e foram, possivelmente, adquiridos no período de formação inicial do plantel, no começo da ocupação do engenho”.

escravizados, e as mães só iam trabalhar nas plantações quando os seus bebês já tinham idade suficiente para ficar com uma cuidadora, que se encarregava de olhar as demais crianças nascidas nas senzalas, que eram divididas entre os escravos casados e os não-casados, que Saint-Hilaire (1937) categoriza como celibatários. A respeito do assunto, o padre Virgílio Martins de Mello Franco (1878, p. 64) também registrou as suas impressões:

Alli, tudo era previsto e determinado; o serviço dos escravos era distribuído com tanto systema e regularidade, que se fazia em silêncio e com admirável exactidão; não pareciam homens, porém molas vivas que obedeciam a invariáveis leis. Era o complicado mecanismo de um relógio posto em movimento. Alli, tinha Joaquim Alves quase duzentos escravos, de ambos os sexos, idade e estado.

Aos domingos, os escravizados não trabalhavam no *Engenho de São Joaquim*. Contudo, esse dia era dotado de proibições – como a de caçar ouro – e ocupado com o cultivo de terras que o Comendador reservava para que os escravos tivessem a sua própria plantação de algodão, moeda que podia ser trocada na venda da propriedade por objetos que eram de seu interesse. Com isso, na interpretação do viajante francês, Joaquim Alves de Oliveira “[...] afastava dos seus homens a tentação do roubo; incitava-os ao trabalho, dando-lhes grande interesse em cultivar, tornava-os apegados à terra e ao senhor, e, ao mesmo tempo, aumentava os produtos do solo” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 183).

D’Alincourt (2006, p. 64) registrou as suas impressões sobre o cultivo do algodão pelas pessoas escravizadas do *Engenho de São Joaquim* em seu dia de folga. Para ele, o Comendador, a quem se refere como Tenente-Coronel valorizava e acreditava tanto na potencialidade do algodão que praticava as plantações até “[...] com os seus próprios escravos, a quem proíbe a mineração, a que é muito oposto, mostrando-lhes o lucro do seu trabalho nos dias de folga, com prontos pagamentos”.

A partir dos relatos de Saint-Hilaire (1937) e D’Alincourt (2006), bem como da “paisagem social” do *Engenho de São Joaquim* analisada por Souza (2007), é possível perceber que Comendador desenvolveu inúmeros mecanismos de domínio da vida dos escravizados, tal como a proibição às atividades de mineração e o controle do tempo, o que se estende inclusive à arquitetura da fazenda: da varanda da casa grande, podia-se observar tudo o que acontecia nas instalações de produção, no terreiro e nas senzalas, que, ao contrário do costume local, não foram construídas em agrupamentos de

pequenas cabanas, o que conferia maior individualidade aos escravos, e sim em pavilhões em frente à sede para que a vigilância fosse facilitada.

A imagem a seguir, de vista aérea da propriedade, auxilia na percepção das instalações. A seta da esquerda indica a localização da casa grande, hoje sede da Fazenda Babilônia, enquanto a da direita assinala o lugar onde foram construídos o terreiro e as antigas senzalas.

Figura 2: Vista aérea contemporânea da Fazenda Babilônia



Fonte: Acervo pessoal de Telma Lopes Machado (SOUZA, 2007, p. 62).

Por meio desta imagem, é possível perceber que não existem superfícies construídas remanescentes das senzalas ou mesmo do *Engenho de São Joaquim*. Porém, numa análise combinada de fontes documentais e arqueológicas, Souza (2011, p. 85) concluiu que “as senzalas eram formadas por dois longos pavilhões com dimensões aproximadas de 150 e 50 metros, formando um ‘L’ invertido defronte à sede e organizados em torno de um pátio central” (Grifos do autor). A partir de relatos datados do início do século XX, o pesquisador afirma ainda que “[...] os pavilhões eram divididos em cubículos com uma porta e uma janela. Considerando que a profundidade dos dois edifícios era de cinco metros, é possível que eles fossem divididos em cubículos de 5,0 x 5,0 metros” (SOUZA, 2011, p. 86).

É importante frisar que esse modelo de senzala em pavilhões favorecia apenas ao senhor de engenho, jamais aos escravizados, que contavam com raras áreas de

circulação e viviam em constante supervisão visual. Além disso, Souza (2011) enfatiza que, ao contrário do que ocorria nas senzalas edificadas em conjuntos de habitações, nos pavilhões os escravos não podiam escolher nem a forma nem a aparência de onde iam morar, ou mesmo as técnicas ou materiais empregados em suas habitações. Nos pavilhões, sob os olhares atentos dos senhores e de seus feitores, os escravos tinham poucas chances de escapar das imposições controladoras do local porque ali não havia pontos cegos, o que também diminuía a perspectiva de construir pequenos domínios privados de afirmações cotidianas e até mesmo existenciais. Ainda segundo Souza (2011, p. 86):

Esse quadro exemplifica uma situação comum em plantéis mantidos por escravocratas como Joaquim Alves. Ao mesmo tempo em que homens como Alves promoviam melhores condições de vida aos seus escravos, aumentavam o controle sobre eles, incluindo a supervisão do seu trabalho e das atividades cotidianas a partir do seu local de habitação.

Em consequência das práticas do Comendador para com os seus escravos, Costa (1978, p. 58) pontua que o mesmo utilizava de um “paternalismo autoritário”. Já Souza (2007, p. 89) defende que, amparado por “[...] concepções filosóficas, políticas e econômicas, incluindo aquelas derivadas do iluminismo”, Joaquim Alves de Oliveira implementou “uma nova escravidão” que, em muitos pontos, divergia das práticas impiedosas e cruéis que se faziam presentes em Goiás. Especificamente, o autor se refere a um conjunto de medidas em relação ao povo escravizado que incluía “[...] melhores condições de saúde, moradia, alimentação e vestuário”, bem como punições mais brandas, estímulo ao casamento e à reprodução, oportunidade de cultivo em roças próprias e geração de pequenos proventos econômicos em benefício pessoal.

Entretanto, partindo-se do princípio de que a escravização é sempre uma prática social que desumaniza pessoas, essa “nova escravidão” objetivava tão somente manter os escravizados vivos e mais saudáveis para construir maiores possibilidades de lucro tanto no que concerne ao que produziam, quanto no que tange à venda de vidas humanas. Portanto, a “nova escravidão” implementada por Joaquim Alves de Oliveira não significou o rompimento com o assujeitamento dos escravizados, cujas existências foram igualmente objetificadas e adquiriram o caráter de mercadoria de outrem. De fato, o que ocorreu foi a ampliação das teias de controle sobre o tempo total da vida dos escravizados do *Engenho de São Joaquim*, o que impedia inclusive a possibilidade de qualquer brecha que não estivesse sob o controle administrativo do Comendador.

Considerações Finais

Quando determinada trama histórica não é lida em sua totalidade, as possibilidades de erigir uma síntese mais próxima do real diminuem consideravelmente, e, por conseguinte, o conhecimento produzido é guarnecido por aparências e naturalizações que geram mitos e mitologias. De acordo com Barthes (2001, p. 164), a construção da narrativa mítica não intenciona uma aproximação com a totalidade histórica e suas contradições, já que tem por finalidade “purificar”, “inocentar” e “naturalizar” atos humanos de acordo com determinados jogos de poder, organizando assim “[...] um mundo plano que se ostenta em sua evidencia” e que “[...] cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias. Isso porque o mito não é uma negação dos eventos e das coisas que ocorrem em determinado tempo histórico: ao contrário disso, é construído precisamente para falar do mundo e dos seus processos, com uma intencionalidade alicerçada em ideologias e em jogos de poder.

Um olhar mais aprofundado na biografia de Joaquim Alves de Oliveira evidencia inúmeras mitificações no que foi escrito, reescrito e reproduzido sobre a sua trajetória existencial, pois quase a totalidade do que se diz a respeito dele advém de uma concepção histórica positivista e linear que reproduz elementos do senso comum e edifica narrativas embaladas por hegemonias e poderes. Na visão de Barbosa (2004, p. 1), essa concepção do fazer histórico “[...] coloca sob foco central os personagens que – através do poder que tinham de deixar registros para a memória – se tornam o centro da própria narrativa”, como é o caso dos discursos construídos acerca do Comendador.

De fato, o Comendador não foi todo o “manancial” de bons exemplos que a ele é atribuído, tendo ele mesmo criado mitos a seu próprio respeito, a começar por seus pais biológicos que foram por ele declarados em testamento como sendo Domingos Alves de Campos e Páscoa Pinto de Oliveira. Em um documento biográfico redigido em 1878, que, segundo o autor, foi escrito a partir do testamento, do inventário e de uma necrologia lida por Hermano Domingues do Couto, juiz de direito de Meia Ponte na ocasião do falecimento de Joaquim Alves de Oliveira, bem como através de depoimentos de pessoas “fidedignas”, tal como Joaquim da Costa Teixeira, genro do Comendador, o Padre Virgílio Martins de Mello Franco pontua que

[...] dizem muitos ser elle antes filho natural de um portuguez de nome Francisco Pereira da Silva, residente em Lavrinhas, perto de Pilar, *homem abastado, que muito o auxiliou em sua carreira commercial*; que fôra exposto, pelo que aquelles que elle reconhecia como Paes legítimos, o tomaram como filho adoptivo. Em abono dessa asserção, argumentam com a differença physionomica, e a nenhuma semelhança com os seus attribuidos irmãos consangüíneos [...] Não é que fosse de grandes proporções phisicas, ao contrario, era de estatura mais que mediana, moreno e descarnado, magro, de olhos vivos e penetrantes (FRANCO, 1878, p. 61-65. Grifos nossos).

A revelação de que Joaquim Alves de Oliveira foi adotado por uma família pobre, mas que contou com auxílio financeiro do seu pai biológico em suas atividades comerciais ajuda a entender como, no ano de 1792, um jovem de 22 anos de idade desprovido de recursos financeiros saiu do interior de Goiás e fez fortuna no Rio de Janeiro, além de também ser uma possível explicação de como, poucos anos depois, esse mesmo jovem adquiriu a maior a fazenda da Província de Goiás, que também se tornou a mais lucrativa.

Ao que parece, este não é o primeiro questionamento acerca do modo como o Comendador enriqueceu. Costa (1978, p. 47), por exemplo, afirma que em Pirenópolis circulam inúmeras lendas que dizem que Joaquim Alves de Oliveira teria enriquecido porque encontrou um tesouro no Arraial, o que “não parece de todo inviável” já que naquela região, “até há bem pouco, eram ricos os *descobertos*” (Grifos da autora)

Dito isso, é possível pontuar que a imagem de “mensageiro do novo” que foi – e ainda é – atribuída a Joaquim Alves de Oliveira despontou também por meio dos investimentos que ele fez no setor agropecuário, em detrimento das atividades de mineração, bem como na importação de produtos manufaturados e novas tecnologias, incluindo a oficina tipográfica que possibilitou a circulação dos primeiros impressos em Goiás Centro-Oeste. Contudo, muito do que o Comendador conquistou adveio da exploração da mão-de-obra escrava e, possivelmente, da produção e da comercialização de pessoas no *Engenho de São Joaquim*.

Num plano geral, resguardada a historicidade da sua existência, o vanguardismo do homem que sempre esteve “à frente do seu tempo” colapsa com condutas conservadoras que foram incapazes de romper com práticas patriarcais e subjugadoras de outras vidas, seja dos seus próprios descendentes ou mesmo escravos e escravas, já que, assumidamente escravagista, jamais questionou o estatuto da escravidão ou mesmo alforriou alguém. Além disso, a benevolência e as virtudes morais, qualidades recorrentemente atribuídas ao Comendador, contradizem com comportamentos

“questionáveis” aos padrões da moral e dos bons costumes do seu tempo vivido – ao contrário do que afirma a literatura do século XX que o biografava e do que as obras ligadas à História da Imprensa em Goiás encobertam e silenciam.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marialva Carlos. Como escrever uma história da imprensa? In: II ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 15 a 17 de abr. 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFRGS, 2004, p. 1-11.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Trad. Rita Buongiorno e Pedro de Souza. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- COSTA, Lena Castello Branco Ferreira da. **Arraial e coronel: dois estudos de história social**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- D'ALINCOURT, Luís. **Memória sobre a viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá**. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2006.
- FRANCO, Virgílio Martins de Mello. **O Comendador Joaquim Alves de Oliveira**. Meia Ponte: s.n., 1878
- GALLI, Ubirajara. Comendador Joaquim Alves de Oliveira: memória curta para um grande vulto da nossa história. In: CRUZ, Mauro. **Pirenopolis.tur.br: o portal de turismo de Pirenópolis**. Pirenópolis: s/e, 1998. Disponível em: <<https://pirenopolis.tur.br/portal/public/images/personalidades//comJoaquimAlves.jpg>>. Acesso: 06 set. 2018.
- JAYME, Jarbas. **Cinco Vultos Meiapontenses: ensaios biográficos**. São Paulo: Biblioteca Genealógica Brasileira, 1943.
- _____. **Esboço histórico de Pirenópolis**. Goiânia: Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1971.
- LOBO, José. **Contribuição à História da Imprensa Goiana**. Reedição. Goiânia: Naves Ltda: Editora UFG, 2017.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela Província de Goyaz: tomo segundo**. Trad. Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- SOUZA, Marcos André Torres de. Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. In: **Vestígios: Revista Latinoamericana de Arqueologia Histórica**, v. 1, n. 1, 2007, p. 61-92.
- _____. A vida escrava portas adentro: uma incursão as senzalas o Engenho de São Joaquim, Goiás, Século XIX. In: **Revista Maracanan**, v. 7, n. 7, jan. dez. 2011, p. 83-109.
- TELES, José Mendonça. **A Imprensa Matutina**. Goiânia: CERNE, 1989.